



## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

ORDEM DE SERVIÇO N. 4 DE 6 DE MAIO DE 1977

**O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Ato Regulamentar n.1 e na Portaria n.32, ambos de 29 de abril de 1977,

### RESOLVE:

**I** - Na apuração do merecimento a que se refere o artigo 3º, do Ato Regulamentar n.1, de 29 de abril de 1977, e na forma das tabelas que integram a Portaria n.32, da mesma data, será considerada a situação funcional existente à data da publicação do mencionado Ato Regulamentar, para as vagas ocorridas até 4 de maio em curso, bem assim das que resultem da aplicação do citado dispositivo regulamentar.

**II** - O funcionário deverá requerer, em modelo próprio, à Subsecretaria de Pessoal, anotação, na respectiva pasta de assentamentos funcionais, no prazo de cinco dias úteis a partir da publicação desta ordem de serviço, dos documentos que julgar de seu interesse, para efeito da contagem de pontos de acordo com as tabelas anexas à Portaria n.32/77.

**III** - Dos documentos comprobatórios do grau de escolaridade que registrem cursos incompletos deverão constar, expressamente os seguintes elementos:

a) curso superior incompleto: último semestre cursado, bem como o total de semestres do respectivo currículo;

b) curso de primeiro ou segundo grau ou equivalente: última série concluída.

Brasília, em 6 de maio de 1977.

(a.) JOSÉ PEDROSO

DIRETOR-GERAL